
O “NECESSÁRIO” CONTROLE FEMININO FRENTE ÀS NOVIDADES DO MUNDO MODERNO – PARAÍBA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Simone da Silva Costa
Professora da PMSR e doutoranda do programa de Pós-Graduação da
UFPE
sisicosta@bol.com.br

O presente texto tem como objetivo compreender como a Igreja Católica recebe as novidades do mundo moderno no início do século XX na Paraíba e, principalmente, como ela reage a essas novidades no meio feminino. “O ‘necessário’ controle feminino frente às novidades do mundo moderno”, foi uma das principais estratégias usadas pela Igreja para garantir a manutenção dos dogmas católicos e da moral cristã considerada um dos fundamentos da harmonia social.

Utilizamos como perspectiva teórico-metodológica os estudos de gênero, o que nos permite analisar os papéis sociais femininos e masculinos considerados adequados para uma sociedade em “ordem”. A emergência do termo “gênero”, como define Scott (1990) é empregado para designar as relações sociais entre os sexos significando, assim, uma maneira de indicar “construções sociais”, ou seja, a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. O gênero é, portanto, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado.

Ainda sobre a importância da introdução dos estudos de gênero, a historiadora Joan Scott (1992), afirmou que, a solicitação supostamente modesta de que a história seja suplementada com informações sobre as mulheres sugere, não apenas que a história como está é incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial. Foi, portanto, nesse sentido, que podemos apontar que o feminismo constituiu um fato realmente demolidor para uma realidade que definia a história e seus agentes já estabelecidos como “verdadeiros”.

É nessa perspectiva e seguindo esses propósitos que desenvolvemos um trabalho na busca de testemunhos sobre as mulheres com o intuito de enfrentar o desafio da invisibilidade feminina no passado. A escolha do nosso recorte espaço-temporal se explica pela efervescência das novidades que o mundo moderno apresentava num

espaço marcado pelas tradições e por uma sociedade patriarcal como o da Paraíba no início do século XX.

A capital paraibana desse período, assim como todo o país, vinha passando por um processo de modernização, que gerou modificações desde o aspecto físico da cidade, até o cotidiano e o comportamento dos seus habitantes. A introdução do cinema, do teatro, do carnaval, como meio de divertimento e lazer, tornava necessário um controle em relação a essas novidades que começavam a determinar os costumes.

Além das opções de lazer, apontadas como algo que se deveria vislumbrar com um olhar cuidadoso e controlador, o movimento feminista, que ganhava espaço público desde o início do século, XX, era algo que, também, deveria ser adequado aos padrões morais cristãos. Era preciso moldar esses novos costumes, que invadiam os melhores lares da sociedade paraibana

Sevcenko (1998) caracterizou o início do século XX como sendo um fluxo intenso de mudanças, que atingiu todos os níveis da experiência social. Mudanças, estas, estimuladas, sobretudo, por um novo dinamismo no contexto econômico internacional, afetando desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas. De fato, nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso refletiu, não apenas nos países europeus ou nos Estados Unidos, mas no mundo tornando-o como um todo integrado.

No que concerne ao mundo feminino, às características apresentadas referentes ao período incidirão sobre as mulheres de forma demolidora do antigo papel feminino desempenhado pelas mulheres das camadas médias da época, incutindo nelas a idéia da “emancipação feminina”.

Diante de tais mudanças, as mulheres deveriam ser segundo a Igreja, “controladas”, pois estas inovações poderiam ser demolidoras da conduta da mulher seguidora da moral e dos bons costumes cristãos. O cinema, com a exibição dos filmes considerados impróprios para as moças de família e senhoras de respeito, era um mal que se encontrava ao alcance de todas, cabendo, portanto, uma breve censura. Quanto

ao carnaval, este invadia a sociedade, conquistando as moças das melhores famílias cristãs.

A recuperação do meio feminino

Diante dessa situação a Igreja toma uma posição de reação frente a essas questões ameaçadoras no sentido de formar uma frente de combate a todos os seus declarados e identificados inimigos. Com esse intuito, ela buscou reforçar o seu exército de fiéis para a batalha em nome da religião católica, criando o recrutamento dos leigos do mundo inteiro para se engajarem em movimentos recristianizadores em defesa da Instituição, entre outras ações militantes.

Um dos principais trabalhos desenvolvidos pelos grupos leigos católicos, formados em sua maioria por mulheres, consistia na recuperação da mulher, que começava a se influenciar pelas idéias de emancipação importadas da Europa. As movimentações das mulheres por direitos sociais e políticos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos influenciaram as mulheres brasileiras, que também levantaram a bandeira da emancipação feminina. A emancipação que as brasileiras, no início do século XX, defendiam, consistiam no direito ao trabalho fora do lar, no direito à educação superior e ao voto.

Diante de tal situação, era preciso conservar na mulher o seu “verdadeiro” papel social, o de mãe e esposa, mantendo-a no seu lugar “natural”, o lar, recuperando o meio feminino do mal feminista, que invadia as famílias brasileiras.

Nesse contexto, um dos instrumentos de controle social utilizado, principalmente pela Igreja, foi o papel de “educadora natural”, atribuído à mulher, que tinha a grande função de educar para a manutenção da ordem e da moral, utilizada como “força social católica”. Tal força deveria agir, principalmente, dentro do lar, pois nesse âmbito ela era a responsável pela harmonia, o que iria refletir para toda a nação, já que era o conjunto dos lares ou das famílias que formavam a nação e o Estado.

Essa idéia esteve presente, de forma marcante, no programa de atuação do movimento Integralista¹, detentor de total apoio da Igreja. A mulher integralista era

sinônimo de força e persistência, como confirma o texto a seguir, publicado pelo portavoz da Arquidiocese da Paraíba, intitulado: “*Mulher no Integralismo*”, em que se acentua o papel organizador da mulher para a construção de uma sociedade baseada na ordem, aí prevalecendo os princípios da família, da moral e dos “bons costumes”. Segundo o cônego D. José de Melo Rezende,

Dizer-se hoje que a mulher é parte fraca e mentalmente inferior ao homem, não passa de um chavão sem graça e que á força de ser repetido por despeitados e invejosos, tornou-se obsoleto servindo tão somente para indicar a pobreza de espírito de quem o vai repetindo.

A mulher, está demonstrado pela história e pela experiência é forte, é muito mais forte que o homem, mais forte tanto no físico como na moral. (Jornal *A Imprensa*, 16 dez.1936, p.2)

Reiterando a tese do vigor da mulher e seu poder de salvação ou regeneração, dá o exemplo mais notável, a “mãe”, sobre a qual diz:

[...] a consideração da responsabilidade imensa, da soma de energia e do trabalho titânico da mãe de família, para fazer da mulher o organismo mais vivo, mais forte, mais resistente e mais necessário [...] vós que sois as sacerdotizas do lar e a vós donzelas que vos iniciais para a religião da família. A vossa responsabilidade é grande na hora presente [...]

[...] Trabalhai pela restauração dos nossos costumes suaves, guiando o(sic) bom caminho os que os primeiros passos e conduzindi(sic) à senda reta os transviados. (Jornal *A Imprensa*, 16 dez.1936, p.2)

A regeneração da família e a preservação dos “bons costumes” era o princípio básico para a reestruturação da Nação e da Pátria. E o papel desempenhado pela mulher era muito importante, pois, segundo a Igreja, era ela quem guiava a nação seja para o bom ou para o mau caminho.

À mulher, cabia-lhe somente a dedicação ao lar. O comportamento que se mostrava contrário era visto com maus olhos, uma atitude subversiva. Esse comportamento era, para a Igreja, algo que deveria ser corrigido, e cabia à própria mulher essa missão, visto que a visão institucional, nesse momento, em relação à mulher, era a de salvadora da moral e da fé cristãs. Ela tinha a importante função de

formadora de lares e do pensamento dos seus familiares, e o pensamento a ser-lhes transmitido era o dessa fé e dessa moral cristãs. Fugir a essa missão era caminhar para uma vida vazia e sem essência, cheia de futilidades e fraquezas.

Os debates sobre o sufrágio feminino.

O movimento pelo *sufrágio feminino* foi um movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. Dele participavam mulheres ou homens, denominados sufragistas.

Em 1890-91, o sufrágio feminino foi debatido, pela primeira vez, na Assembléia Constituinte (a 1^a. da República). No entanto, a idéia foi logo descartada, visto que a mulher era considerada incapaz, mentalmente, de superar os conflitos do mundo exterior. Os deputados se colocaram contra a liberação do voto feminino, em nome da conservação da família, assim como consideravam a proposta imoral e anárquica².

A campanha em defesa do voto feminino era vista como contrária à natureza da mulher, que deixa de assumir sua função “natural” de mãe, dona-de-casa e educadora dos filhos, para discutir assuntos considerados masculinos, como afirmava a professora paraibana Eudésia Vieira à revista *Era Nova*:

Temos a sufragista. É sempre uma revoltada que procura abafar seus procedimentos querendo não ser companheira do homem, mas rival ou mesmo sua antagonista. Merece também compaixão. Foi a infelicidade que impeliu à extravagância de proceder para destarte sufocar o sentimento latente. (Revista *Era Nova*, 01 set. 1922)

No início da década de 1930, esse discurso defendido por Eudésia Vieira ganha outra posição. Pois seguindo os propósitos da Igreja, o voto feminino pode contribuir, em grande parte, para a ordem, a religião e as tradições. A partir de então, muitas campanhas passavam a convocar as mulheres para esse dever cívico em defesa da religião, da família e da pátria.

A questão do voto feminino foi algo bastante discutido pela LEC³, que incutiam nas mulheres, o dever cívico em prol da fé católica. Em conferência da professora Eudésia Vieira⁴ sobre o voto feminino, a palestrante, que se colocava como uma “verdadeira” mulher cristã, discorreu sobre a colaboração da mulher brasileira nos

futuros destinos do Brasil dizendo que “ ao elemento feminino assistia o dever de agir pela integridade da família brasileira, concretizando com o voto o seu interesse por uma pátria mais digna do seu princípio [...]”(JORNAL *A Imprensa*, 10 mar. 1933, p.3)

A Eudésia Vieira que chama as sufragistas de “revoltadas”, durante a campanha pelo voto feminino, na década de 1920, era a mesma que, em 1933, organiza uma conferência para falar da necessidade da colaboração da mulher brasileira nos futuros destinos do Brasil.

Na ocasião da conferência, esteve presente o sr. Arcebispo Coadjuvo D. Moisés Coelho e o presidente da LEC, o Dr. Lauro Wanderley, que presidiu a reunião. Essas presenças eram importantes para o objetivo a que se propunham a LEC e a Igreja Católica. E como disse o Pe. Medeiros Neto, “*A Igreja é a alavanca da paz e o baluarte da ordem*”. É com esse princípio que ela seguia na luta eleitoral em prol da fé católica, deixando claro que não se colocava como partido político, visto que este é algo partidário, dividido, e a Igreja era uma em sua fé e seus propósitos.

Antes da conquista do sufrágio feminino, a mulher que pretendesse participar da vida política, era considerada uma revoltada ou usurpadora do espaço masculino. Com a conquista do voto, em 1934, a participação política, dizia Eudésia, se torna um dever, que a mulher brasileira e, principalmente, a paraibana, não pode deixar de cumprir.

Em termos organizativos, somente com a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922, é que o sufragismo elevou seu nível reivindicatório. (MACEDO, 2004)

Usando como tática de ação a conciliação, as sufragistas deixam o campo de confronto e partem para o de alianças. Com isso, a causa deixava de ser imprópria para se tornar uma causa justa e considerada elegante. Tornando-se uma “causa digna” pela qual se lutar.

Em documento publicado na imprensa pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino-FBPF, com o intuito de pressionar o Congresso quanto à causa sufragista, a Federação assume uma postura conservadora numa tentativa de cooptação dos mais avessos ao movimento feminista. Nesse sentido, afirmavam suas militantes que, mais do que um direito da mulher cidadã, o voto se apresentava como uma contingência para as mães de família. Como deixa claro o fragmento abaixo:

(...) Votar não é um privilégio, uma recompensa que se dê aos cidadãos altamente especializados para exercerem esta função. É uma obrigação de todos. (...) É bem possível que a interferência da mulher na vida pública, armada do poder de legislar e influir sobre a economia política, seja o meio mais eficaz de assegurar às mães do futuro a possibilidade, que hoje não existe, senão nas classes privilegiadas à sua santa missão. (Federação Brasileira Progresso Feminino *Apud*, MACEDO, 2004)

As mulheres foram solicitando alistamento eleitoral nos seus estados e a FBPF, que adotando a tática que lhe parecia mais adequada ao contexto, consegue passar da aceitação passiva ao consentimento tácito do feminismo que se apregoava, a partir do momento em que senhoras e moças de família passaram a declarar-se feministas. Um feminismo essencialmente sufragista, bem comportado, católico. Um feminismo feminino, como se costumava identificá-lo.

Quando a Igreja Católica identifica esses traços no movimento sufragista, torna-se também sua defensora, não vendo nenhum perigo para a família no pleito das mulheres quanto ao voto, ao contrário, via mesmo certa similitude entre as causas e obras sociais católicas. Assim, com as bênçãos da Igreja Católica, o aval do Estado e a influência internacional, a campanha sufragista brasileira, finalmente, saiu vitoriosa em 1932. (MACEDO, 2004)

O perigoso desenvolvimento intelectual feminino

A confirmação científica da igualdade da capacidade intelectual entre os sexos, ou seja, que homens e mulheres tem a mesma capacidade intelectual, derrubando a antiga teoria de que a mulher tinha um desenvolvimento intelectual inferior ao homem foi algo demolidor para os propósitos doutrinários da Igreja, haja vista que essa constatação ameaçava os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. Porém, recaía sobre essa constatação toda uma preocupação no sentido de controlar a mulher para que esta não viesse a ultrapassar os limites considerados seguros para o que a Instituição chamava de “equilíbrio do mundo”.

Temia-se que a mulher se intelectualizasse demasiadamente, afirmando não ser apropriado para uma mulher o desenvolvimento exagerado das atividades intelectuais,

pois o seu papel de mulher cristã se constituía de maior importância para a manutenção da ordem. É importante ressaltar que recaía sobre a mulher, nesse período, a missão de salvadora da família, da religião e da pátria.

Michelet (1981, s.p.), em seu estudo sobre as mulheres no âmbito da esfera privada, afirmou que a mulher que aspirava a atuação pública, era tida como a usurpadora do papel masculino, caracterizado-a, assim, como força do mal e da infelicidade. Afirmou, também, que essa “troca de papéis” é que levava ao desequilíbrio da história. Para o historiador francês, a mulher é identificada com a natureza e o homem com a cultura. Michelet via na relação dos sexos um dos motores da história.

Compartilhando da mesma análise, a Igreja reconhece a necessidade da formação intelectual feminina, porém, recomendava moderação quanto à formação, não podendo a mulher ultrapassar os limites da barreira que a definia como mulher e o homem, da que o definia como homem. Era assim que deveria ser entendida a emancipação intelectual feminina, necessária, mas limitada.

A Igreja Católica, através de seus discursos, associações e movimentos, partiu em defesa da importância da formação feminina cristã para o bem agir na sociedade que se apresentava modernizante. A intelectualidade feminina devia ser acompanhada, ou melhor, controlada, para que essa formação estivesse a serviço da moral cristã. Com o intuito de reforçar o papel da mulher cristã, afirmou a Igreja que o verdadeiro progresso da humanidade era o moral e, “este pertence especialmente à mulher!”.

Ao homem, mais inteligência e menos coração! A mulher, mais coração e menos atividade nos campos da inteligência pura! É a lei das compensações.

Ao sexo chamado falsamente de *fraco*, pertence em primazia a verdadeira força: a força moral, a coragem dos maiores heroísmos das horas téticas da vida.

Á mulher pertence uma tendência inata para o bem, uma como que intuição de tudo aquilo que tem valor moral, de tudo aquilo que leva à perfeição humana. (Relatório do I Congresso Noelista Nacional, 1933, p. 21-22 – grifos nossos)

Ao afirmar as “aptidões” diferentes que deveriam ser desempenhadas pelas mulheres e pelos homens, o padre Camilo Torrend⁵ buscou enaltecer as características, ditas “naturais” da mulher, incentivando-a a desenvolvê-las, pois estas não traziam para a mulher uma desvantagem em relação ao homem, pelo contrário, lhes davam as

melhores das compensações, a sua tendência moral. O discurso procura convencer as mulheres de que elas não precisam ser iguais ao homem, pois a diferença é necessária para o bom desenvolvimento da sociedade. As mulheres não precisavam conquistar mais nada, elas já possuíam o melhor e maior dos atributos, a força moral. Mais uma vez, embora de forma diferente, a mulher era naturalizada, como o cientificismo do século XX, de resto, havia feito.

Quanto às mulheres que não concordavam e não queriam assumir a “sublime e natural” missão, a Instituição se perguntava: por que as mulheres querem abandonar esta tão sublime essência do seu poderoso sexo? O “conselho” era: não siga a onda degeneradora da vida moderna, que só tem um fim, desviar a mulher do seu “santo” caminho.

Era, portanto, aceitável a formação intelectual se caso a mulher se conservasse *mulher*. O meio intelectual era considerado como masculinizante e, sendo esta uma afirmação já estabelecida, concordava-se com a sua formação intelectual, ao menos que ela soubesse reagir a esse meio, conservando-se mulher. Seguindo tais recomendações, “que valorização assombrosa não será a sua! Que fonte de heroísmo puro a serviço do verdadeiro progresso da humanidade!”. Progresso este, que segundo o padre Torrend, não se encontrava nos homens de gênio, mas nas sim nas almas femininas. (Relatório do I Congresso Noelista Nacional, 1933, p.22).

Num contexto de emancipação feminina e de reconhecimento (ao menos científico) da capacidade intelectual entre os sexos, a insistência na especificidade do que a Igreja considerava pertencente unicamente à alma feminina, precisava ser muito divulgado, para incutir na juventude feminina o “verdadeiro” papel da mulher na sociedade.

Considerações Finais

A partir do que foi relatado nas páginas anteriores, podemos compreender que o papel da mulher como formadora de opinião e educadora “natural” foi evidenciado pela Igreja Católica, com o intuito de ser a responsável pela missão de recristianizar a sociedade e manter a ordem. Para a Instituição, a ordem só seria estabelecida através da recristianização da sociedade e, por ter reconhecido na mulher a sua força regeneradora,

haja vista que era ela quem “formava” a nação, todos os esforços se voltaram em formar a mulher para que esta ocupasse o seu “natural” lugar de mãe e esposa cristã, em defesa da religião e da pátria, que esta estava sendo ameaçada pelos ideais “destruidores” da vida moderna.

Concluímos nosso trabalho afirmando, inicialmente, que é possível escrever, também, sobre os segmentos femininos conservadores, pois, como se pode perceber, estes também nos revelam ângulos inéditos e surpreendentes do pensamento, do cotidiano, das práticas sociais, permitindo-nos conhecer e compreender as suas atuações e as relações de gênero de uma dada época.

Notas:

¹ A AIB (Ação Integralista Brasileira), criada em outubro de 1932, foi um movimento inspirado no fascismo italiano. Defendia um ideário nacionalista, antiliberal e anti-semita. Tinha como chefe nacional Plínio Salgado e possuía seções em diversos estados do país; congregava elementos das camadas médias urbanas como intelectuais, em sua maioria, católicos, profissionais liberais, funcionários públicos e militares. Seu lema era "Deus, Pátria e família. Com o intuito de demonstrar sua força política, realizava grandes desfiles usando uniformes, que lhe valeu o apelido de "camisas-verdes". Para maior aprofundamento do assunto, ver Héliogio Trindade, 1986.

² Sobre o assunto, ver, Maria Amélia de Almeida Teles. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

³ Liga Eleitoral Católica

⁴ Eudésia Vieira, nascida em Livramento, município de Santa Rita, foi a primeira médica paraibana, além de professora. Era colaboradora da coluna FEMININA, no jornal *A Imprensa*. (JORNAL *A União*, 23 ago. 1996, p.4).

⁵ O referido padre foi o responsável pela conferência de encerramento do I Congresso Noelista Nacional – as noelistas faziam parte de um movimento leigo católico -, realizado na Bahia, em setembro de 1933. Em seu discurso, ele afirmou que, para se compreender bem a importância da vocação noelista, lhe fosse permitido mostrar: a) a importância da mulher no progresso verdadeiro do mundo; b) a importância da mulher culta quando bem orientada.

Bibliografia:

FARIAS, Damião Duque de. **Em Defesa da Ordem: Aspectos da Práxis Conservadora Católica no Meio Operário em São Paulo (1930-1945)**. Editora HICITEC. São Paulo, 1998.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso - 1889-1989**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Uma luta justa ... e elegante:** feminsmos conflitantes na década de 20. Anais – ANPUH-RIO; Rio de Janeiro, 2004.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: brasiliense, 1989.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Por uma história da mulher**. São Paulo: EDUSC, 2000.

MICHELET, Jules. **La Femme**. Paris: Flammarion, 1981.

NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral) e SEVCENKO, Nicolau (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCOTT, Joan. (1990). "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. pp.05-22.

_____, Joan. "História das Mulheres". IN BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História:** Novas Perspectivas. São Paulo: ED. UNESP, 1992: pp 63-95.

SOIHET, Rachel. "História das Mulheres". In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.